PRONUNCIAMENTOS DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Na presença de Deus e havendo número legal, declaro aberta a 74ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura, realizada em 10 de novembro de 2025.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Cláudio Tinoco.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Sem Expediente nesta sessão, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Há sobre a Mesa a licença dos vereadores Beca, Cris Correia, Débora Santana e Felipe Santana. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Tribuna Popular. Sindicato dos Portuários da Bahia, representante, assunto inerente. Está presente? Por dez minutos, amigo. Pode ficar à vontade

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR DOMINGOS BARBOSA (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PORTUÁRIOS – SUPORT-BAHIA)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **TRIBUNA POPULAR.**

Boa tarde, Ilmo. vereadores, vereadoras e demais público deste Plenário.

Meu nome é Domingos Barbosa, sou presidente do Sindicato dos Portuários, Suport-Bahia. Venho aqui falar do projeto de privatização da Codeba. Os trabalhadores receberam de surpresa um projeto que foi do outro governo, que chegou lá em Vitória do Espírito Santo e foi um desastre com a Codesa, que não deu direito aos trabalhadores se manifestarem. A Codesa deixou de ser operadora portuária e os trabalhadores todos foram demitidos.

E agora este projeto está vindo aqui para a Bahia, para os três portos. Também dentro deste projeto não diz para que veio, o que é que ele tem que realizar para os trabalhadores, para a

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Companhias das Docas, a Codeba, e para os demais segmentos do porto.

Então, Srs. vereadores, é um projeto que ao invés de ser do outro governo e estar hoje arquivado, esse projeto sai da gaveta e vem para aqui para a Bahia, falando de privatização. Não se fala no nosso governo de privatização, e agora estão querendo impor aqui este projeto de privatização com a Codeba. É inadmissível se falar em privatização com o governo Lula, principalmente aqui na Bahia, onde tivemos mais de 70% de votos.

Vou aqui apenas fazer um relatozinho de tudo que já realizamos contra este projeto. No dia 21/7, a publicação do estudo de concessão; no dia 31/8, a manifestação da categoria, no Campo Grande, a primeira manifestação nossa foi no Campo Grande, contra este projeto; no dia quatro, fizemos a assembleia com os trabalhadores; no dia 13, fizemos a divulgação do vídeo nas mídias sociais; no dia 1º/8, reunião com o Ministério da Casa Civil — tudo isso foi realização dos trabalhadores contra este projeto; no dia 12/8, reunião com a Usuport, Sindicato dos Usuários do Porto; no dia 15/8, encontro com Rui Costa, o nosso ministro, lá na FIEB, fizemos uma manifestação na FIEB; no dia 18/8, reunião com o deputado Zé Neto; no dia 21/8, reunião de alinhamento com a Federação Nacional de Portuários, em Brasília, com o nosso presidente; e no dia 22/8, reunião com o secretário nacional de Portos.

Então, isso foi toda a nossa realização que fizemos contra esse projeto. E, em seguida, nós tivemos uma audiência pública com o vereador Hamilton Assis, que está aqui presente, a quem eu agradeço muito. Concluindo, fizemos a última audiência, lá na Assembleia Legislativa, com o deputado Hilton Coelho. E aí, a gente pede, aqui, o apoio dos demais vereadores, também, que sejam contra esse projeto.

Como o meu tempo aqui vai ser dividido, porque o outro companheiro vai fazer uma outra apresentação, eu concluo aqu, a minha fala, dizendo que a Codeba é nossa e não está à venda. Ok? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos ao representante. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, Cremeb.

SR. DOMINGOS BARBOSA (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PORTUÁRIOS – SUPORT-BAHIA): Vereador presidente, permita-me, porque a gente dividiu o tempo com mais um companheiro aqui da Codeba, do Sindicato.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pensei que a V.Exa. já tinha encerrado. V.Exa. falou que tinha encerrado, mas tudo bem. Pode passar.

SR. DOMINGOS BARBOSA (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PORTUÁRIOS – SUPORT-BAHIA): A gente agradece.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR DEIVSON SENA (SINDICATO DOS PORTUÁRIOS DA BAHIA)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **TRIBUNA POPULAR.**

Boa tarde a todos. Saúdo, aqui, o Exmo. Sr. presidente da Câmara Municipal de Salvador, Sr. Carlos Muniz, em nome de quem saúdo a todas as autoridades presentes.

Falando um pouquinho do impacto dessa concessão parcial, um projeto que iniciou no governo anterior. Basicamente, no governo anterior, pretendia-se conceder — na realidade, privatizar — todos os portos públicos federais. O próximo era o da Companha Docas. Esse processo andou e na mudança do governo, em 2023, mudou-se a política de governo e, nesse momento, ao invés da concessão total, falou-se na concessão parcial.

Só que as bases dos estudos eram os mesmos do governo anterior. Basicamente, se a gente parar para observar, o Porto de Salvador, o Porto de Aratu e o Porto de Candeias seriam totalmente concedidos à iniciativa privada.

Nesse momento, apresento, ali, a cópia do contrato que foi celebrado entre o BNDES e um consórcio. Essas empresas que fizeram esses estudos, que basearam esse modelo de concessão parcial, e esse modelo de concessão parcial foi colocado em

audiência pública pela agência reguladora do setor, que no caso é a Antac.

Nessa consulta pública foram feitos todos os questionamentos da sociedade, inclusive dos representantes empresariais e dos representantes dos trabalhadores. Fizemos vários questionamentos, principalmente pela legitimidade dos portos públicos.

O Porto de Salvador é um dos mais antigos do país e conceder a área molhada — como a gente chama —, por exemplo, para iniciativa privada, é o maior absurdo, comparado a outros portos do Brasil.

Nós temos como exemplo o Porto de Paranaguá, onde foi concedido, recentemente, o canal de acesso. Em Paranaguá, até faria sentido, diferente de Salvador, onde nós temos a maior baía de águas abrigadas do mundo, que simplesmente seria concedida à iniciativa privada.

Então, fica o repúdio dos trabalhadores. Na audiência pública fizemos todos os questionamentos. Neste momento, o governo federal está reavaliando esses estudos. O que a gente entende é que seja revisto, porque não só o Porto de Salvador, que é um porto muito importante para a economia soteropolitana, mas também o Porto de Aratu-Candeias, que é muito importante para o estado da Bahia.

Só para a gente mostrar, no passado, pensava-se em, literalmente, liquidar a Companhia das Docas. Nós estamos falando de uma Companhia que já tem mais de 45 anos de vida. Como eu disse, em 2023, foi alterado o modelo para a concessão parcial. Como eu disse, na audiência pública, fizemos os questionamentos.

Só para os senhores entenderem. O que vai ser concedido? Vai ser concedido praticamente o controle da Baía de Todos-os-Santos e o controle terrestre. Aqui uma imagem que mostra a nossa Baía de Todos-os-Santos. Toda essa baía hoje é gerida pela Autoridade Portuária da Bahia e vai ser, pelo modelo que está vigente, concedida à iniciativa privada.

Então é muito importante que a gente preste bastante atenção porque uma baía como a nossa, uma baía, de fato, "de Todos os Santos", ser concedida para a iniciativa privada sem um debate profundo com a sociedade.

Então, venho aqui para a gente mostrar essa realidade. Nós estamos falando de um Porto de Salvador, um porto centenário, onde a infraestrutura terrestre será concedida, a infraestrutura molhada, as portarias, ou seja, o modelo de concessão que estava previsto não condiz com a realidade de hoje.

A gente espera que o resultado dessa consulta pública que ocorreu em agosto deste ano mude essa vertente e que de fato os portos continuem públicos, com gestão pública e com parceria

dos privados porque no modelo atual há uma gestão compartilhada com os arrendatários.

Meu tempo está esgotando. Eu agradeço aqui a todos. Sr. presidente, muito obrigado. E que juntos seremos fortes e pelos portos públicos da Bahia.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos a V.Sa.

Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, Cremeb, Conselho Federal de Medicina, CFM, o Dr. Otávio Marambaia e Dra. Maira Dantas, representantes para assuntos inerentes. Estão presentes? Então Dra. Maira irá falar primeiro? Irão dividir os tempos?

SRA. MAIRA DANTAS: Ele não está presente, infelizmente. Teve uma intercorrência com um paciente, como acontece com os médicos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Por dez minutos, pode ficar à vontade.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA MAIRA DANTAS (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA E CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **TRIBUNA POPULAR.**

Boa tarde a todos. Eu queria agradecer enormemente ao meu amigo Cezar Leite por esse espaço de fala e ao Sr. presidente. Através do senhor, eu cumprimento todos os ilustríssimos vereadores e presentes aqui.

Eu gostaria de estar aqui hoje para comemorar o fato de que nós temos médicos brasileiros e médicos baianos em todas as macrorregiões do estado que eu tive a oportunidade de visitar pessoalmente, do nosso queridíssimo estado da Bahia. Eu queria estar comemorando aqui que nós temos médicos no Sistema Único de Saúde, na Saúde Suplementar, na Iniciativa Filantrópica e fazendo trabalhos voluntários por todo o estado. Eu gostaria de estar aqui comemorando o fato de que a expectativa de vida do brasileiro aumentou e aumentou graças à nossa medicina. Na condição de primeira conselheira federal titular pelo estado da Bahia, do Conselho Federal de Medicina, eu queria estar aqui comemorando. Mas, infelizmente, eu venho aqui fazer uma súplica a vocês.

Através do Departamento de Prerrogativas dos Médicos, nós temos identificado um número alarmante, um número crescente de agressões contra os médicos e contra todos os profissionais de saúde nas unidades assistenciais. Nenhum trabalhador sai de casa para ser agredido. Nenhum!

Eu sou de uma época em que até nas guerras os templos religiosos e as unidades de saúde eram poupados. Hoje, infelizmente, nós temos registrado situações de agressão, não só assédio, ameaças, chegando às vias de fato de agressão física, tanto na capital quanto no interior do estado.

São jovens médicas pedindo socorro ao Conselho Regional de Medicina do estado da Bahia porque não têm mais segurança para atender. A gente até pensou que isso pudesse estar acontecendo porque um familiar desesperado, extremamente sofrido, numa situação de risco iminente de vida tivesse perdido a cabeça. Mas o que a gente tem visto são agressões por assédio para obter atestados ilícitos, para obter prioridades não justificadas, para atendimentos improcedentes, para furar fila. A gente precisa que o médico tenha a proteção necessária para que ele possa preservar a ética em todas as unidades assistenciais de saúde da capital e do interior.

Recentemente, eu tive a oportunidade de participar da construção cuidadosa da Resolução nº 2.444 do Conselho Federal de Medicina, publicada agora, em 2025, que versa sobre os

serviços de segurança necessários e sobre os serviços de suporte essenciais para que a medicina possa ser praticada com excelência, com a excelência que os nossos pacientes merecem, com a excelência que os familiares e trabalhadores merecem, com a excelência ao nível do estado da Bahia.

Mas nós precisamos dos senhores, dos nossos digníssimos representantes, para fazer com que essa resolução seja aplicada na prática. Por isso eu clamo que, se porventura tivermos um novo Plano Municipal de Segurança, que considerem fortemente guardas municipais nas unidades de saúde para que o paciente, a família e todos os profissionais tenham a proteção naquele momento de maior vulnerabilidade.

Minha grande preocupação é que as ocorrências têm aumentado nas comunidades mais vulneráveis. Os médicos estão resistindo, mas eu temo que, em um determinado momento, as pessoas não possam mais trabalhar nesses locais e serão exatamente as comunidades mais vulneráveis, as pessoas mais vulneráveis, com dificuldade de se deslocar, que vão ser atingidas em cheio ou que vão ser mais penalizadas.

Por isso, eu estou aqui para pedir que vocês considerem fortemente como ajudar, para que a medicina siga ética, segura e eficiente para todo o cidadão brasileiro e, em particular, para o cidadão soteropolitano.

Muito obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, Dra. Maira Dantas.

Inscrição Pinga-Fogo, líder da oposição. Quem falará pela oposição?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Presidente, não vai ter comentário nenhum, não?

SR. VEREADOR CEZAR LEITE (PL): Presidente, para comentar.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Ninguém pediu. Está pedindo agora. Eu não posso pedir ou eu não posso mandar que os vereadores comentem. V.Exas. não pediram. Então, para comentar, Cezar Leite. Aladilce vai comentar? Hamilton, Aladilce e Marta. Quem mais? Mais alguém?

Antes de V.Exa. fazer o Comentário, eu quero aqui pedir aos vereadores que se levantem para nós promulgarmos aqui uma resolução. Resolução nº 3.514/2025 e Resolução nº 3.515/2025. Promulgadas.

Obrigado. Cezar Leite, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Obrigado, Sr. presidente. Estava aguardando só a ordem do senhor, de V.Exa, como um bom vereador obediente que sou. Muito obrigado pela oportunidade. Bom ouvir a doutora Maira Dantas, ela que é conselheira federal da Bahia, no Conselho Federal de Medicina, que traz dados, dados alarmantes, do que vem acontecendo nas unidades de saúde, seja municipal, seja estadual, em toda a Bahia.

O profissional de saúde, e eu falo especificamente hoje como médico também, para salvar vidas, ele precisa também resguardar suas vidas. Infelizmente, hoje vivemos num país que perdeu a soberania. Mas não perdeu a soberania ainda para a China, ou para os Estados Unidos, ou para a Inglaterra, ou qualquer outro país.

Nós perdemos a soberania para o crime organizado, que comanda grandes áreas, comunidades e cidades de toda a Bahia. Às vezes o colega médico tem medo de ir em determinada unidade de saúde por conta da sua segurança. O colega médico e os profissionais de saúde também têm medo de atuar e atender pessoas, a depender da causa desse atendimento. Como bem

falou a conselheira aqui, às vezes são atestados falsos que exigem do médico e que colocam em situação de dificuldade o colega médico. Precisa acabar com isso.

Uma dessas formas é seguir a Resolução nº 2.444, que eu já falei sobre o Conselho Federal de Medicina aqui, que ela solicita que sejam colocados videomonitoramento nas unidades de saúde, reforço da segurança, controle de entrada, entre outros processos na resolução.

Aproveitar este momento e pedir ao prefeito Bruno Reis que possa ter uma atenção especial às unidades de atendimento do município, frente à segurança do atendimento para os profissionais de saúde, para os colegas médicos. Assim que o Plano Municipal de Segurança chegar aqui, peço aos colegas vereadores que nós nos debrucemos sobre o tema e que possa, sim, ter uma atenção especial na segurança dentro das unidades de saúde, tanto para a equipe médica profissional de saúde, quanto para as pessoas que estão sendo atendidas.

Muito obrigado pela oportunidade, Deus abençoe. Sim, trabalho sempre com o Conselho Federal, com o Conselho Regional Medicina, com o Sindicato dos Médicos, que são as instituições hoje competentes e com responsabilidade para prover melhor atendimento à nossa população.

Obrigado a todos.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Cezar Leite.

Para comentar a Tribuna Popular, vereador Hamilton Assis, pelo tempo de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, todos os que estão me ouvindo agora no Plenário e também na TV Câmara e Rádio Câmara, queria saudar aqui os representantes do Sindicato dos Portuários da Bahia, o senhor Ulisses Souza Oliveira Júnior, e também o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, Cremeb, o Conselho Federal de Medicina CFM, o Dr. Otávio Marambaia e a Dra. Maira Dantas.

A nossa fala vai para nos dirigir ao tema trazido aqui pelos trabalhadores portuários da Bahia, porque nós consideramos um tema extremamente sério, grave para ser debatido, um tema que diz respeito à economia da Bahia, um tema que diz respeito à economia de Salvador, porque a privatização dos portos certamente afetará a vida de todos nós, principalmente na Cidade do Salvador, onde nós temos já alguns empreendimentos. Alguns,

inclusive, eu discordo, que é a ponte ligação Salvador Itaparica, porque tem outros projetos que foram apresentados que poderiam ter outra alternativa.

Nós queremos debruçar sobre esta proposta de modelo de privatização. O modelo apresentado pelo governo federal — reapresentado, na verdade, porque era do governo anterior, como diz o companheiro que me antecedeu aqui — retira da Codeba a sua função de autoridade portuária. Você sabe o que é a função de autoridade portuária? É uma função extremamente importante para o controle administrativo em torno de toda Baía de Todos-os-Santos, e entrega isso para um ente privado, reduzindo cerca de 75% de suas atribuições e transferindo às concessionárias privadas. O investimento previsto na concessão é de R$ 1,6 bilhão em 35 anos, só que antes, nos últimos quatro anos, foram investidos R$ 5,5 bilhões pela própria Codeba em Aratu e Candeias, cerca de R$ 85 milhões aplicados em modernização de equipamento no Porto de Salvador.

Então, nós perguntamos, como é que nós vamos privatizar um ente tão importante, estratégico como este, que diz respeito à nossa soberania, pelo valor inferior ao que foi investido nos últimos quatro anos? Praticamente, a gente está entregando a Codeba para o ente privado.

O projeto representa um movimento político de entrega do patrimônio estratégico ao setor privado, para atender os

interesses que não parecem ser da população, inclusive sem a preocupação com a saúde dessas trabalhadoras e trabalhadores, que são os principais afetados por esta privatização.

Aqui na Câmara, aprovamos a criação de uma frente parlamentar mista em defesa do serviço público no município de Salvador, que estarei como presidente — por favor, presidente, com a sua condescendência, finalizarei meu texto —, trazendo a preocupação com a saúde e trabalho digno. E vejo, com muita preocupação, porque tudo que é apontado pela categoria dos portuários também precisa ser pensado com muito cuidado.

A situação dos portos em Salvador são as seguintes: Salvador, o crescimento de contêineres e rota para a Ásia, investimento privado da MSC, de R$ 1 bilhão; problemas, falta de retroporto, risco de congestionamento da Via Expressa e ausência de acesso ferroviário. Ilhéus, calado de 10 metros, moinho de trigo reativado, mas com graves limitações estruturais, dependente da Fiol e de um novo terminal intermodal. E Aratu/Candeias tem um retroposto disponível, mas precisa nos berços de dragagem da profundidade, de aprofundamento. Arremetemos recentes e trouxemos os investimentos.

A proposta não responde aos desafios estratégicos da Bahia e nem a visão de futuro de transformar a Baia de Todos-os-Santos no *hub* logístico do Atlântico Sul. Esse modelo atual se

assemelha a uma privatização envergonhada, sem ganho de governança, enfraquecendo a Codeba.

Portanto, nós indicamos aqui que esta Câmara faça um novo debate, atente-se sobre o que está acontecendo com o nosso Porto, com a nossa cidade, Sr. presidente, porque o Porto é uma economia importante e fundamental para o desenvolvimento de Salvador e da Bahia. Esse projeto não só abrange o Porto de Salvador, como também o de Aratu e o de Ilhéus.

Portanto, fica aqui o nosso protesto, fica aqui a nossa solidariedade aos trabalhadores do Porto de Aratu e toda à família codebiana. Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador Hamilton Assis. Para comentar a Tribuna Popular, pelo tempo de três minutos, vereadora Aladilce Souza.

Encontra-se sobre a Mesa o requerimento especial, Projeto de Resolução nº 22/2023, de alteração do local de Sessão Solene. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Encontra-se, também, sobre a Mesa o pedido de licença da vereadora Eliete Paraguassu. Submeto ao Plenário. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a licença da vereadora Eliete Paraguassu.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, quero saudar, mais uma vez, esse espaço da Tribuna Popular, que é único, vereador Randerson, nas Câmaras Municipais e permite que representantes da nossa sociedade venham até esta Casa, em contato direto com os vereadores e vereadoras, trazer as suas demandas, trazer os problemas que lhes afligem.

E, neste sentido, eu quero, aqui, começar saudando a Dra. Maira Dantas, que aqui representa o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia e o Conselho Federal de Medicina, ela própria. E dizer que vocês, a categoria médica e todos os profissionais da saúde, podem contar conosco.

Eu falo isso em nome do PCdoB, mas tenho certeza de que toda a bancada de oposição está conosco na defesa da segurança, na defesa da garantia de condições dignas e condições de

trabalho que incluam um processo ético e de qualidade para prestar assistência a nossa população.

Conheço porque sou profissional da área da saúde. Como professora já levei alunos e alunas para estágio em unidades de PSF, na periferia, e a gente sabe da situação de risco que nossos profissionais e nossos estudantes correm, diariamente, com eventos reiterados, eventos até que já colocaram em risco a vida dessas pessoas nas unidades, roubos, situações até de tiroteio, dentro de unidade, nós já presenciamos.

Então, acho que esta Casa precisa, vereadora Marta, debater, buscar, porque nós temos uma Comissão de Saúde, e a gente pode buscar junto ao secretário municipal de Saúde, medidas que possam garantir segurança.

Salvador é uma capital de quase 3 milhões de habitantes e tem uma grande periferia. E na periferia tem que ter serviço de saúde, os profissionais têm que estar lá, mas é preciso garantir segurança. É preciso que os nossos jovens e as nossas jovens vão para esses locais para prestar assistência, mas que não coloque sua vida em risco. E é isso que está acontecendo.

Então, solidarizo-me, não só com os médicos e médicas, mas com todos os profissionais de saúde, sejam os profissionais de saúde diretamente ou administrativos, porque estão lá no dia a dia expondo-se aos riscos para levar assistência, e precisam ser olhados.

Então, quero propor, inclusive, que a gente faça um debate no âmbito da Comissão de Saúde, vereador Cezar Leite, porque aqui, em relação a Salvador, nos cabe discutir e contribuir para políticas públicas.

Sr. presidente, rapidamente, eu quero também me solidarizar com o Ulisses Souza Oliveira Júnior e o seu companheiro, que aqui trouxeram a situação do Sindicato dos Portuários. Também expressar aqui a nossa solidariedade. Acho que nós precisamos reforçar, investir nas estruturas públicas, nas estruturas até de empresas públicas que fortaleçam a economia e fortaleçam o caráter público desses equipamentos.

E o Porto, como bem disse aqui o nosso colega Hamilton, é fundamental para a economia da Bahia. Então, acho que é um outro debate que a gente precisa fazer, Sr. presidente, com tranquilidade, buscando alternativas para que isso seja revisto, o que já foi privatizado ou que ainda está em vista.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereadora Aladilce Souza.

Para comentar a Tribuna Popular, pelo tempo de três minutos, vereadora Marta Rodrigues, encerrando os Comentários da Tribuna Popular.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras, a Galeria e também a quem nos acompanha aqui pela nossa TV, Rádio e nossas redes sociais. Eu quero começar aqui saudando Dra. Maira Dantas, do Conselho Regional de Medicina, do estado da Bahia, do Cremeb, e também o Conselho Federal de Medicina, que veio aqui hoje trazer para a gente uma reflexão muito importante. E pode ter certeza de que, assim como a vereadora Aladilce apresentou aqui a Comissão de Saúde, assim que chegar o plano, avereador Cezar Leite, seria bom a gente fazer uma audiência para poder tentar fazer as emendas e a gente aperfeiçoar o plano que foi apresentado, só com alguns eixos, mas a gente não o conhece na sua totalidade.

Então é importante a gente fazer uma audiência com todos os profissionais da área de saúde, que é quem está na ponta e é quem está no dia a dia e sabe da realidade. Então me coloco aqui também à disposição. Nesta audiência, além de fazer a mobilização, chamando também os conselhos distritais, que podem também nos ajudar a refletir e trazer sugestões. Então pode contar com a gente aqui com o mandato.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Mas queria também saudar o sindicato dos portuários da Bahia, o Sr. Ulisses. Em nome de Sr. Ulisses, todos os outros que falaram aqui e os demais. Dizer da importância que aconteceu, a audiência pública que foi trazida aqui pelo vereador Hamilton Assis, mas também o dia de hoje, essa Tribuna Popular. Dizer que, como o próprio Sr. Ulisses trouxe aqui, foi encaminhado no governo anterior. Aí a mobilização que nós precisamos também fazer através das Câmaras de Vereadores e de Vereadoras, da Assembleia Legislativa, da Câmara Federal, procurando os deputados federais, a bancada da Bahia — eu acho que é importante —, para a gente apresentar o documento e dizer da importância dos portos tanto aqui em Salvador como também aqui no caso de Aratu, de Candeias e o de Ilhéus.

Por isso que é importante a gente garantir, conversar com o governo, com os deputados e procurar também alguns ministros para apresentar o documento. Que possam reavaliar toda essa situação que foi apresentada antes, mas que o governo atual pode também, a partir da escuta da categoria, que é quem conhece, quem sabe e quem tem condições de opinar sobre essa realidade favoravelmente. Submeter à deliberação também do presidente da República, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos, a PPI, a inclusão no Programa Nacional de Desestatização, PND, da Companhia de Docas do Estado da Bahia e dos portos organizados de Salvador, de Aratu, de Candeias e de Ilhéus,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

também daqui, e dos serviços públicos portuários a eles relacionados.

Então aqui também nós manifestamos a nossa solidariedade. Levar também para o Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, o partido ao qual sou filiada e me orgulho muito. Levando também toda essa manifestação aqui de vocês, que a gente possa somar nessa direção.

Muito obrigada, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereadora Marta Rodrigues.

Inscrição para Pinga-Fogo. Pela oposição? Inscrição para Pinga-Fogo. Pela oposição?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Vereador Randerson e vereador Hamilton.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Pela bancada de governo, encontram-se inscritos o vereador Téo Senna e o vereador Claudio Tinoco. Pelo bloco independente, vereador Cezar Leite.

Comunicação Inadiável, vereador João Cláudio Bacelar.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR JOÃO CLÁUDIO BACELAR (PODEMOS)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**.

Gostaria de solicitar, Sr. presidente, um minuto de silêncio pelo falecimento do padre Carlos Augusto da Cruz, vítima de um desabamento no sábado, dia 8, no bairro de Mata Escura. Padre Carlos Augusto foi um homem que dedicou a sua vida à fé, à solidariedade e ao acolhimento das pessoas mais vulneráveis de nossa cidade. Uma grande perda para a comunidade católica e para todo o povo de Salvador.

Informo também que protocolei hoje uma moção de pesar em homenagem à sua memória, trajetória de amor e serviço ao próximo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Vereadora Cris Correia, Comunicação Inadiável.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA CRIS CORREIA (PSDB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**.

Obrigada, presidente. Na verdade, eu quero corroborar aqui com as palavras do meu colega Cláudio. Padre Augusto dedicou boa parte da sua vida sacerdotal àquela comunidade de Mata Escura, comunidade não só que tinha ele como um grande líder religioso, mas sobretudo um amigo, um confidente e um parceiro de luta.

Padre Augusto, por diversas vezes que conversei com ele, disse que ali ele não nasceu, mas ali era o seu lugar de raiz, que ali ele fincou sua história e construiu amigos que ele não conseguiu construir antes de ali estar.

Então, eu deixo aqui toda a minha solidariedade para os amigos e os familiares. Também deixo e registro a minha saudade desse amigo que construí nesses últimos dois anos e, mais do que isso, o meu agradecimento pela contribuição e pelo legado que ele deixou àquela comunidade e àquelas pessoas.

Obrigada, padre Augusto, por ter me permitido, inclusive, conviver com o senhor e com a sua comunidade.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Comunicação Inadiável, vereadora Marta Rodrigues.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**.

Nesta mesma linha, Sr. presidente, dos vereadores que já me antecederam, João Cláudio e a vereadora Cris, eu quero também acrescentar D. Darcy e de D. Arilma, que também foram as vítimas, junto com o padre Carlos Augusto.

Eu conheci o padre na Acopamec, ele foi aluno da Acopamec, a comunidade que tem ali na Mata Escura e Calabetão. Ele tinha um compromisso muito grande com aquela região. Atualmente estava na paróquia São Cosme e São Damião, na Liberdade, mas tive a oportunidade de conviver também. Nas oportunidades em que eu estive, recentemente, nos 35 anos da Acopamec, ele deu um depoimento, como ex-aluno, e eu estava na mesma mesa com ele.

Então, João, eu quero também me somar, junto com a sua moção de pesar e ao minuto de silêncio também nesta Casa, em homenagem às três vítimas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Sras. vereadoras, Srs. vereadores, peço que tomem a posição de respeito, para que esta Câmara Municipal, por iniciativa do vereador João Cláudio Bacelar, associado às vereadoras Cris Correia e Marta Rodrigues, possam dedicar um minuto de silêncio em memória do padre Carlos Augusto da Cruz Silva.

(Realiza-se um minuto de silêncio.)

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Iniciando o Pinga-Fogo. Pela oposição, pelo tempo de cinco minutos, vereador Randerson Leal.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO.**

Boa tarde, Sr. presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, imprensa e povo de Salvador que nos vê e nos ouve através da TV e Rádio Câmara.

Sr. presidente, subo a esta Tribuna para agradecer imensamente, pelo dia de hoje, dia marcante aqui da história, não só do vereador Randerson Leal, mas não tenho dúvida nenhuma, dia marcante para a Câmara Municipal de Salvador.

Hoje nós realizamos a audiência pública para debatermos o Projeto de Lei nº 209/2023, de nossa autoria. Projeto de lei este que trata da isenção da taxa de estacionamento em *shopping center*, projeto mais do que necessário e mais do que importante para a nossa sociedade, para o nosso cidadão, para os consumidores. Projeto que tem um lastro dentro da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, Constituição esta, a lei maior que nós temos no nosso país, que dá os direitos, que dá os deveres de cada cidadão e de cada cidadã.

Por isso que falo com muito orgulho de ser autor deste projeto tão importante para a Cidade do Salvador e para o nosso povo, que está cansado, Sr. presidente, de pagar muitas taxas, de pagar impostos; está cansado de ir ao *shopping* para ir para um lazer ou para adquirir um produto ou um serviço e ainda ter que pagar a taxa de estacionamento. Antes de mais nada é injusto, é abusivo e — posso dizer — é imoral também.

Além é claro de ser constitucional o Projeto de Lei nº 209/2023, de autoria do vereador Randerson Leal, ele é constitucional, está embasado no Art. 30, Inciso I e II da Constituição Federal, que diz expressamente: “o município tem

competência para legislar em causas de assuntos locais". Inciso II: "o município tem competência para suplementar normas estaduais e normas federais".

Além de que este projeto está embasado no Código de Defesa do Consumidor, que defende o lado mais vulnerável da relação de consumo. Por isso que falo com toda tranquilidade, falo com todo entusiasmo, que nós vamos dar o recado, nós vamos dar a resposta que o povo de Salvador merece e está precisando, que é aprovar aqui na Câmara Municipal, com a ajuda dos 43 vereadores, de forma unânime, nós vamos aprovar aqui e nós vamos dar mais este benefício para o povo de nossa cidade.

Eu quero aqui agradecer todas as pessoas que participaram hoje desta audiência pública no Centro de Cultura da Câmara Municipal, em especial os componentes da Mesa. A audiência pública, Sr. presidente, é este instrumento importantíssimo da democracia e este instrumento importantíssimo da Câmara Municipal, que é onde a gente vai debater os projetos, onde a gente escuta os outros pontos de vista também. Não é só o vereador que está correto, nós temos que ouvir todos os lados, os lojistas. Diga-se de passagem, o projeto também ajuda a melhorar as pessoas irem ao *shopping*, a consumir cada vez mais.

Então, vai ajudar no comércio dos lojistas, dos empresários, que são pessoas que geram emprego, que geram

renda e geram riqueza para a nossa cidade, mas também ele vai beneficiar o consumidor, porque já passou do tempo de tirarmos essa taxa de uma vez por todas. Desde 2015, quando retornou essa taxa, Sr. presidente, já teve um aumento de 250%, sem nenhum tipo de critério, sem nenhum tipo de parâmetro. Por isso, nós estamos, aqui, lutando para aprovar esse projeto.

E eu quero, aqui, agradecer às pessoas que participaram. Eu vou, aqui, nominar uma por uma. Meu amigo, meu irmão, ex-prefeito desta cidade, o João Henrique Barradas Carneiro, que se fez presente nesta audiência pública.

Quero agradecer à Dra. Gisele Pimentel, gerente jurídica da Abrasce, Associação Brasileira de Shopping Center, que deu sua contribuição. Mesmo dizendo que era contrária ao projeto, mas foi lá para debater, para colocar o ponto de vista do empresariado do *shopping center*. Então, quero agradecer, também, à Dra. Gisele, representando a Abrasce, lá nesta audiência pública, como, também, a Dra. Fernanda Pimenta, coordenadora técnica do Procon Bahia, representando o seu superintendente, Dr. Tiago Venâncio, que deu uma contribuição também muito importante para esse projeto.

Assim como eu quero agradecer, da mesma forma, à Sra., a Dra. Eliana Cavalcante, coordenadora da Defensoria Pública Especializada Cível, aqui da Bahia. Com a sua tolerância, Sr. presidente, só para concluir.

Agradecer, também, ao Dr. Georges Humbert, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia, representando a Sra. presidente, Dra. Isabela Suarez; como também o ex-superintendente do Procon, grande jurista, grande advogado consumerista, meu amigo, meu irmão, Dr. Felipe Vieira, dentre outras autoridades que estiveram presente.

Mas eu quero, aqui, Sr. presidente, agradecer mesmo à toda a sociedade civil que se fez presente. Nós lotamos o Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal. Inclusive, deixamos aquele gostinho de quero mais.

Nós vamos fazer uma nova audiência pública, porque não tivemos tempo suficiente para ouvir, também, o cidadão, para ouvir a comunidade, que tanto espera a aprovação desse projeto importantíssimo.

Então, agradecer, aqui, à cada um de vocês que participaram. Convidar para que, na próxima audiência pública, a gente possa ter, também, os vereadores.

E aqui eu quero agradecer, de forma especial, à vereadora Marta Rodrigues, que se fez presente, meu colega de bancada, meu colega de partido, meu líder do Podemos, o vereador João Cláudio Bacelar também, que se fez presente.

Então, muito obrigado a todos vocês e pode ter certeza de que iremos trabalhar, firmemente, de forma unida com toda a Câmara Municipal para dar a resposta que o povo precisa, que é

tirar, de uma vez por todas, essa taxa de estacionamento em *shopping center*, desde que o cidadão e a cidadã consumam algo, um produto ou um serviço que seja cinco vezes a taxa de estacionamento.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Para concluir, vereador.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Então, isso é muito importante para que as pessoas entendam. Não é qualquer isenção. O cara não vai deixar o carro e passear ou viajar. Para concluir, Sr. presidente. O cara vai pagar o estacionamento normalmente.

Nós não estamos proibindo ou coibindo a cobrança de estacionamento. Nós estamos dando uma espécie de compensação para quem vai adquirir um produto ou serviço dentro desse estabelecimento comercial chamado *shopping center* da Bahia.

Muito obrigado, Sr. presidente. Boa tarde a todos vocês.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Randerson Leal.

Vereador Téo Senna, Pinga-Fogo, pelo tempo de cinco minutos, pelo governo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TÉO SENNA (PSDB)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO.**

Sr. presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, Plenário aqui no dia de hoje.

Hoje, esta Casa está diante de um tema de grande relevância para o futuro de Salvador. O Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, apresentado na última quinta-feira pelo prefeito Bruno Reis, um plano que representa um marco histórico na política de segurança de nossa capital.

Estamos falando de um documento que traz 46 metas, 241 ações concretas e um orçamento previsto de R$ 5,6 bilhões até 2028, chegando até R$ 14,3 bilhões em 2035. Um plano que nasce de um diagnóstico técnico participativo e de longo prazo, que traduz a responsabilidade de um governo que enxerga a segurança com direito e dever compartilhados entre todas as esferas do poder público.

É preciso reconhecer e destacar: Bruno Reis tem mostrado coragem e visão estratégica ao assumir a segurança como prioridade municipal. Sob sua liderança, Salvador avança de forma concreta com reforço da Guarda Municipal; rondas escolares e nos pontos de ônibus; modernizações da iluminação pública; instalação de câmeras inteligentes; e a construção de um

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

centro de controle de operações no bairro do Lobato, que vai abrigar o Observatório da Segurança.

São ações que mostram que a Prefeitura de Salvador não está de braços cruzados diante da violência que nós estamos vivenciando. O Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social nasce de uma articulação entre a Prefeitura, o governo do estado e a União, com quatro eixos: proteção cidadã, qualidade e meio ambiente seguro, pacificação social e fortalecimento institucional das forças de segurança municipal. Cada um desses eixos traduz o compromisso de proteger, prevenir, educar e integrar.

A segurança pública não se faz apenas com policiamento, ela se faz com educação, esporte, assistência social, urbanismo, cultura e cidadania. Entre as metas mais significativas, destaco a instalação de mais de 6 mil novas câmeras de vídeomonitoramento, o que aumentará para 10 mil câmeras em parceria com o setor privado. Também destaco o novo concurso público para ampliar o efetivo da Guarda Municipal. O plano é resultado de um trabalho técnico e participativo. Foram realizadas duas audiências públicas, entrevistas com gestores, conselheiros tutelares e pesquisa de percepção da violência em cada dez regiões administrativas da cidade. Ou seja, a população foi ouvida, e isso faz toda a diferença.

O plano está sendo encaminhado a esta Casa para que se transforme em lei, garantindo que as ações continuem nas próximas administrações. É um plano que fala de prevenção de urbanismo seguro, de cultura de paz, de inclusão social, fala de capacitar jovens, fortalecer a rede de assistência social, promover o diálogo comunitário e ampliar a presença do poder público onde ele mais precisa: nos bairros, nas escolas, nos espaços públicos.

É por tudo isso que quero parabenizar o prefeito Bruno Reis e toda a sua equipe. Parabenizar a Guarda Municipal, os secretários, os técnicos, os consultores, os profissionais que participaram desta construção. Este é o plano de uma nova era na gestão de segurança pública de Salvador. Uma era que une prevenção, tecnologia, integração e humanidade.

Salvador merece ser uma cidade mais segura, mais justa e mais acolhedora. Por isso, reafirmo aqui o meu compromisso de seguir trabalhando lado a lado com o prefeito Bruno Reis. E o mais importante: nessa reunião que nós participamos, na divulgação deste projeto, estavam presentes o governador Jerônimo, o secretário de Segurança, Marcelo Werner, o coronel Antônio Carlos Magalhães, comandante da Polícia Militar, toda a cúpula do governo do estado, para tentar sensibilizar a mudança que vai haver em Salvador com a construção e a divulgação desse plano de segurança.

Esse plano pode modificar não só Salvador, mas pode ser divulgado nos outros municípios devido a esses 20 anos de abandono de segurança em nosso estado, de todos os problemas que vêm acontecendo a cada dia nos bairros, nas comunidades, nas cidades, tudo o que vem acontecendo. A gente fica contente com a presença do governador Jerônimo ouvindo e participando.

Eu tenho certeza de que esse plano nós vamos aprová-lo por unanimidade aqui nessa Casa, tornando realmente um projeto muito bom para a Cidade do Salvador.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Téo Senna.

Pela oposição, Pinga-Fogo, pelo tempo de cinco minutos, o vereador Hamilton Assis.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 - **PINGA-FOGO.**

Sr. presidente, a todos que estão me escutando pela Rádio e TV Câmara, pelas redes sociais e também aqui neste Plenário, os vereadores e vereadoras presentes. O nosso tempo aqui é para falar um pouco sobre a reforma administrativa. Pois é. A reforma administrativa, que já foi combatida no governo passado, e que

nós, servidores públicos de todas as esferas, do governo federal, do governo estadual e no governo municipal, enterramos no primeiro momento, volta a tramitar novamente no Congresso Nacional com o nome de PEC nº 38/2025.

A reforma que chega é fantasiada de modernização, mas aprofunda a desigualdade, centraliza poder, desmonta e fragmenta o serviço público. A gente precisa pensar sobre o serviço público de qualidade porque, embora esteja tramitando no Congresso Nacional, essa PEC diz respeito a todos nós servidores públicos, principalmente aqueles que têm responsabilidade com o serviço público, que querem um serviço público de qualidade para o nosso povo e também mais respeito com o servidor.

A chamada Reforma Administrativa, apresentada em 24 de outubro de 2025, como PEC nº 38/2025, pelo deputado Zé Trovão, do PL de Santa Catarina, foi vendida como técnica moderna e federativa. No entanto, o texto que finalmente chegou ao Congresso repete o velho receituário de arrocho fiscal, arrocho salarial, centralização, os mesmos pilares da PEC nº 32/2020, que nós derrotamos na época do Sr. Paulo Guedes e do Sr. Bolsonaro.

Apesar de o coordenador do grupo de trabalho, o deputado Pedro Paulo, do PSD do Rio de Janeiro, afirmar que o objetivo da reforma administrativa não é fazer ajuste fiscal, a proposta faz exatamente isso. O novo Art. 28 impõe a estados e ao Distrito

Federal um teto de gastos limitado à inflação; e o Art. 22 amplia o poder da União sobre a gestão e governanças locais, o que significa dizer que o resultado será uma centralização autoritária. Municípios e estados passam a seguir a mesma lógica fiscal, ignorando desigualdades regionais e orçamentárias.

Portanto, há que se fazer uma equalização sobre esse debate, sobre essa reforma. A situação fica ainda mais grave com um dispositivo que vincula o teto municipal à arrecadação própria, criando um redutor proporcional à dependência de transferência com o Fundo de Participação dos Municípios, FPM.

Na prática, as cidades mais pobres serão punidas por dependerem de repasses federais, o que reduzirá os investimentos em saúde, educação e serviços públicos essenciais dos municípios. Enquanto isso, a retórica de combate a privilégios e eficiência esconde brechas que abrem espaço para o ingresso direto em níveis intermediários e superiores da carreira pública, ferindo a isonomia entre os candidatos, acabando com o concurso público, elitizando o serviço público.

Já as promessas de governo digital e moderno repetem o dispositivo da Lei Governamental Digital, Lei nº 4.129/2021, mas sem prever o orçamento, infraestrutura ou a capacitação necessária dos servidores.

O resultado, na nossa opinião, será um discurso 5G, com execução de 2G: servidores cobrados por metas digitais, sem

ferramentas necessárias para poder cumpri-las. Politicamente, a proposta também nasceu fraturada. Doze deputados retiraram suas assinaturas após a formalização da PEC, revelando o desconforto e a fragilidade da base de apoio a essa proposta.

Entre os discursos de modernização e a prática de austeridade, a PEC nº 38/2025, mostra sua verdadeira face: uma reforma que não moderniza, mas fragiliza o Estado, penaliza os municípios mais pobres, penaliza também os servidores públicos e desmonta a nossa estrutura de serviço público como nós a conhecemos.

Por trás do verniz técnico, o que se esconde mesmo é o projeto de sempre, um Estado mínimo para o povo e máximo para os interesses de poucos.

Sr. presidente, solicito aqui que, assim como o PPA, tenhamos um prazo de protocolo das emendas da LOA, ampliando para após audiência pública, que debate o projeto sem a participação do povo. Não existe democracia de verdade. Esta Casa precisa ampliar o diálogo com a cidade, afinal, estamos decidindo o futuro de quem habita Salvador. Esse também é um destaque que nós fazemos especificamente para o debate que nós faremos sobre a LOA nesta Casa, que nós consideramos necessário e fundamental, porque a LOA, com certeza, é o caminho onde se efetivam as políticas públicas e as prioridades do município.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador professor Hamilton Assis. Transmitiremos as suas considerações sobre tramitação do PPA e da LOA, Lei de Orçamento Anual, ao presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Lembrando que tem audiência pública já agendada amanhã, dia 11, às 10h, no Centro de Cultura da Câmara, do PPA. A da LOA me parece que será no final de novembro. Mas a Câmara tem feito toda a divulgação para a participação dos cidadãos na discussão do orçamento da Cidade do Salvador.

Comunicação Inadiável, vereadora?

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Não, Pela Ordem.

É para pedir verificação de quórum, Sr. presidente, por gentileza.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Muito bem. Tinhamos ainda dois inscritos para o Pinga-Fogo, mas, com a verificação de quórum pedida, peço ao primeiro secretário a contagem dos vereadores presentes em sessão.

SR. VEREADOR RODRIGO AMARAL (PSDB): Sr. presidente, encontram-se presentes oito vereadores.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Não havendo quórum mínimo, suspendemos a sessão pelo tempo de 15 minutos.

SESSÃO SUSPENSA.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Não havendo quórum, declaramos encerrada esta sessão, convocando outra para dia e horário regimental.

Boa tarde a todos.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br